

EDITORIAL

O Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 - é o resultado de um amplo debate, realizado entre 2010 e 2014 pela sociedade brasileira, por meio de conferências de educação, entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, movimentos sociais, governos e congresso nacional. É fruto, portanto, de embates políticos e de distintas concepções sobre a educação do nosso país.

No processo de construção e debate do PNE houve forte protagonismo de entidades ligadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), como os Fóruns Nacionais e Estaduais de Educação de Jovens e Adultos e de outras que defendem o direito à educação para o público de EJA, como foi o caso da Campanha Nacional pelo Direito à Educação que, em 2011, lançou nota técnica chamando a atenção do Congresso Nacional sobre a não inclusão de estimativas de custos da alfabetização de 14 milhões de jovens e adultos no PNE.

Dentre os desafios do atual PNE está a Meta 10 que prevê “oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”¹. Tal desafio está vinculado a 11 estratégias que estão relacionadas a programas voltados à: 1) conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial; 2) expansão das matrículas na EJA; 3) fomento à integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional considerando a diversidade da EJA; 4) ampliação de oportunidades profissionais aos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade; 5) implantação do programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na EJA integrada à educação profissional; 6) estímulo à diversificação curricular da EJA; 7) fomento à produção de material didático, ao desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, aos instrumentos de avaliação, ao acesso a equipamentos e laboratórios e à formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na EJA articulada à educação profissional; 8) fomento à

¹ O detalhamento sobre o PNE, suas metas e estratégias podem ser encontrados em: <http://livraria.camara.leg.br/educacao/plano-nacional-de-educac-o-2014-2024.html>

oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à EJA; 9) institucionalização de programa nacional de assistência ao estudante; 10) expansão da oferta de EJA articulada à educação profissional para pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais; e 11) implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores.

Se, por um lado, as previsões do PNE para a EJA Integrada nos enchem de esperança de que lutas históricas e experiências em andamento, como as do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), sejam consolidadas e ampliadas, por outro lado, nos apontam que temos pela frente enormes desafios a serem superados. Ampliar, por exemplo, o número de matrículas na EJA integrada demandará um grande esforço, especialmente se considerarmos o quadro atual desse tipo de oferta e das matrículas da EJA como um todo em nosso país. Estamos ainda muito aquém, tanto das metas estipuladas quanto da realidade concreta e das demandas do público jovem e adulto. Ao mesmo tempo, ampliada a oferta, outro desafio será avançar na materialização da integração da educação básica com a educação profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, criticidade e emancipação dos sujeitos da EJA. Esse tem sido um árduo trabalho de milhares de educadores, educadoras e equipes técnicas que, há mais de dez anos, vivenciam o cotidiano das instituições ofertantes do PROEJA e de outros programas voltados à elevação de escolaridade, certificação e formação profissional.

Considerando esse espectro de desafios e possibilidades presentes no PNE 2014-2024, a Revista EJA em Debate lança a presente edição com ensaios, artigos e relatos de experiência voltados ao aprofundamento do tema. São no total seis trabalhos de autores de diferentes instituições de ensino e pesquisa do nosso país e do exterior, os quais se dedicam a refletir sobre aspectos mais gerais relacionados à Meta 10 e indicar possibilidades para a sua concretização.

Desses trabalhos, o primeiro é um ensaio intitulado “**A meta 10 do Plano Nacional da Educação: do plano aos possíveis problemas**”, de autoria de Jefferson Virgílio. Nesse ensaio, o autor problematiza a inexistência de limite máximo na meta 10 e os riscos de uma uniformização da educação

básica a partir de um modelo de educação profissional formatado e com viés pragmático. A partir de um escopo nacional pode, segundo o autor, ocorrer a padronização de programas e currículos de curso e a oferta de EJA ser 100% voltada à formação profissional, fazendo com que *Educar* passe a ser substituído por *Profissionalizar*. De forma geral, o ensaio é polêmico e faz uma dura crítica ao processo de profissionalização compulsória durante a educação básica. Segundo o autor, “a oferta de formação profissional não deve ser compreendida, ou incentivada, como substituta ou equivalente à conclusão de educação básica, sob o pretexto que o for”. Para ele, ao alargar os públicos e locais em que a oferta de EJA integrada ocorrerá, o PNE abre também possibilidades de precarização não só da educação básica, mas também das condições de oferta de EJA em todo o país. Além disso, na lógica proposta, o próprio financiamento público poderá acabar induzindo o formato restritivo da oferta, dos estágios, da produção de materiais didáticos e da formação docente da EJA. Ao mesmo tempo abre possibilidades de transferência de grande parte dos recursos públicos da educação para o sistema empresarial.

Tratando da conexão entre capitalismo dependente, gestão pública e EJA, o segundo trabalho, escrito por Rodrigo Coutinho Andrade e José dos Santos Souza, intitulado “**Crise do capital, recomposição burguesa e impactos na gestão da educação de jovens e adultos no Brasil**”, situa o debate sobre a EJA no contexto internacional de expansão do capitalismo. A partir de um estado gerencial são ratificados, segundo os autores, o caráter estrutural dualista e compensatório da oferta de EJA, agora, porém, “sob novos mecanismos, dinâmicas e discurso”. O artigo mostra a evolução das matrículas na EJA a partir de meados dos anos 2000, reiterando a manutenção de uma “juvenilização induzida”, a aceleração das certificações e as marcas de classe nessa modalidade. Indica que “em uma década os municípios passaram a responder por grande parte das matrículas da EJA no país”, o que levou, em função do financiamento, a transformar a EJA em ensino regular noturno, ferindo as particularidades dessa modalidade. Ao mesmo tempo, houve uma redução de escolas ofertantes, com 96% da oferta na rede pública. O resultado foi a manutenção da EJA com um caráter fragmentado, descentralizador, descontínuo e aligeirado. O artigo mostra também o quadro das políticas públicas para EJA entre 1996 e 2016 e o “aprofundamento do receituário

neoliberal no país, e como esse processo impacta a gestão das políticas públicas para a EJA.” Insere o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o PROEJA como parte das políticas de aligeiramento da EJA e sugere que, nesse processo, a Meta 10 do PNE daria continuidade às políticas de EJA, “seguindo uma diretriz clara da Conferência de Dakar (2000), do relatório Delors (1996), e as premissas da OCDE para a educação no século XXI”, com foco na empregabilidade dos jovens. Nesse contexto, segundo os autores, é preciso ter claro os diferentes interesses em disputa e estarmos atentos aos riscos de instrumentalização da escolarização/formação dos trabalhadores por meio do PNE.

Com o título “**Educação profissional para além da formação técnica e tecnológica**”, o trabalho de Ivoneide Bezerra de Araújo Santos Marques e Angela Bustos Kleiman apresenta os aspectos de um projeto para o letramento de jovens e adultos vinculados à educação profissional na modalidade de EJA no Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Para pensar sobre a Meta 10 do PNE, as autoras se propõem a refletir sobre as expectativas relacionadas a letramentos profissionais, buscando fugir de perspectivas meramente instrumentais ou funcionais na oferta de EJA. Como observam as autoras, na lógica educativa sob os desígnios do capital “a formação técnica e tecnológica tende a se sobrepor à formação humanística dos educandos, o que compromete sobremaneira sua formação cidadã.” Elas também problematizam a instrumentalização do conhecimento em cursos ligados à profissionalização, um dos riscos se o cumprimento da Meta 10 se transformar em mera formalidade. Ao mesmo tempo, o que está proposto no documento pode tornar a “meta inexecutável no contexto social da EJA”. As autoras apontam que o PROEJA poderia contribuir para a efetivação da Meta 10, porém, segue com grandes desafios para a sua materialização na rede federal, ligados, entre outros fatores, à fragmentação e instrumentalização do currículo e à descontinuidade das ofertas. Outro desafio, segundo as autoras, é em relação à visão construída sobre o público de EJA em instituições como o IFRN, que impede tanto a expansão da oferta quanto a efetivação de uma educação crítica e de qualidade. Por fim, as autoras propõem que se avance na perspectiva de projetos de letramento, inclusive como forma de se aprofundar a integração curricular. Mais do que simplesmente atender a meta, segundo elas,

é importante trabalhar para que os educandos permaneçam na escola e que os processos pedagógicos e a organização didática possam contribuir para a transformação das realidades e para a autonomia dos estudantes.

Desafios semelhantes relacionados ao PROEJA do IFRN estão presentes também no Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ), no Piauí, vinculado à Universidade Federal do Piauí. Nesse local, o estudo feito por Léia Soares da Silva e Maria da Glória Carvalho Moura, intitulado **“A integração da educação de jovens e adultos, da educação profissional e do ensino médio: um estudo com egressos do Colégio Técnico de Bom Jesus/PI”**, mostra os resultados de uma pesquisa, realizada em 2013 com egressos do curso de PROEJA Técnico em Informática. Nesse artigo, são apresentados os sentimentos expressos por estudantes de EJA e suas estratégias para superação das dificuldades para concluir o curso. Localizado no sul piauiense, o Colégio Técnico Bom Jesus tem, segundo as autoras, apresenta grande importância para o desenvolvimento regional e para a ampliação do acesso do público de EJA à conclusão da educação básica e à profissionalização. A partir de entrevistas gravadas e dinâmicas de grupo foram ouvidos oito egressos do referido colégio, os quais apontaram os desafios de retornar à escola após ter seu percurso escolar interrompido. Um dos fatores que contribuiu para o retorno e permanência, segundo as entrevistas, foi o sentimento de pertencimento à escola e a superação da imagem negativa sobre ela. Além disso, contribuíram também os vínculos estabelecidos, o incentivo de pessoas próximas, a possibilidade das mães levarem os filhos junto para o colégio e os programas de assistência estudantil, confirmando a importância das estratégias elencadas na Meta 10 do PNE.

“A busca ativa para qualificar a oferta de cursos do PROEJA pelo IFSC – Câmpus Canoinhas” é o título do quinto artigo publicado nessa edição da Revista EJA em Debate. De autoria de Mara Lúcia Schroeder Tavares e Elenita Eliete de Lima Ramos, o artigo mostra um estudo de demanda feito na cidade de Canoinhas, Santa Catarina, junto a estudantes do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) daquele município. Baseadas em dados do IBGE, as autoras destacam que quase metade da população de Canoinhas não concluiu a educação básica e que há grande demanda para cursos de PROEJA. Foram pesquisadas quatro turmas do CEJA e entrevistados 30

estudantes de diferentes idades. A partir das respostas aos questionários foram identificados os motivos da interrupção dos estudos e os interesses dos jovens e adultos para a continuidade de sua formação escolar. Assim como confirmam outros estudos nacionais, o fator trabalho foi um dos mais decisivos para o abandono da escola e a profissionalização poderá ser um grande atrativo para a permanência e o desejo de continuar estudando. Em relação à Meta 10 do PNE, há ainda um longo caminho a ser percorrido nos próximos anos para a ampliação das matrículas de EJA integrada, conforme apontam as autoras, pois dados de 2013 do MEC/INEP/DEED/Censo Escolar mostram que naquele ano apenas 0,8% de matrículas no Ensino Fundamental e 3,1% no Ensino Médio eram nessa forma de oferta. Para que se avance, segundo elas, é preciso o envolvimento e esforços coletivos de várias instituições e partes ligadas ao trabalho com o público jovem e adulto.

Por fim, o último trabalho dessa edição da Revista EJA em Debate é um relato de experiência escrito por Ivanir Ribeiro, Josiane Agustini e Letícia Aparecida Martins sobre o curso de PROEJA-CERTIFIC em Guia de Turismo do IFSC, Câmpus Continente. Intitulado “**A experiência do curso PROEJA-CERTIFIC Técnico em Guia de Turismo do IFSC**”, o trabalho mostra o processo de construção de uma experiência diferenciada de oferta de curso para o público jovem e adulto, iniciada em 2013 e que culminou com a elaboração do projeto do curso em 2014 e o início das aulas em 2015. Um dos diferenciais do projeto é que 50% da carga horária total do curso foi computada como “tempo-escola” e 50% como “tempo-social”, esse último caracterizado, segundo as autoras, por horas complementares realizadas no espaço extraescolar. O trabalho está relacionado à estratégia 10.6 da Meta 10 do PNE e, de acordo com as autoras, vincula-se à otimização do tempo que os estudantes de EJA permanecem no espaço escolar sem desconsiderar o compromisso com a qualidade do ensino. Ao mesmo tempo, o trabalho oferece subsídios para reflexões sobre as estratégias 10.9 e 10.11, pois mostra a importância de políticas de Assistência Estudantil para a permanência e o êxito dos estudantes durante suas trajetórias escolares e apresenta uma experiência concreta de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores. Por fim, as autoras reforçam os desafios existentes relacionados à execução do projeto analisado, tais como o planejamento coletivo, o reconhecimento das

especificidades do público de EJA, o acompanhamento dos estudantes, a avaliação individual e coletiva, a efetivação da integração curricular e a articulação dos conhecimentos desenvolvidos no tempo-escola e no tempo-social.

O conjunto de textos da presente edição da Revista EJA em Debate traz, portanto, elementos de análise e do cotidiano da oferta da EJA, indicando os desafios e os riscos, mas também as inúmeras possibilidades que se apresentam a partir da integração da educação básica e profissional para o público jovem e adulto.

Nesse contexto, cabe a todos nós, militantes da EJA, seguir acompanhando, teorizando e lutando para que o PNE possa ser efetivado a partir das inúmeras lutas históricas, produções científicas, experiências pedagógicas e debates da sociedade brasileira, sem golpes, sem currículos instrumentais e sem retrocessos em relação ao direito de jovens e adultos à educação pública, gratuita, integrada e emancipatória.

Adriano Larentes da Silva
Instituto Federal de Santa Catarina